

Ata

Encontro Nacional de Direções Associativas

Dia 14 e 15 de dezembro de 2019

Aos décimo quarto e décimo quinto dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove realizou-se o Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) de carácter ordinário, no Auditório António Arnaut, na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, em Coimbra. -----

Este ENDA regeu-se pelo seu regimento, aprovado a dezasseis de março de dois mil e dezanove, sendo organizado em conjunto, respetivamente pelas Associações de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra, da Escola Superior de Educação de Coimbra, da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra, do Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra e do Instituto de Engenharia de Coimbra.

Todas as votações neste ENDA foram realizadas por modo eletrónico, de acordo com o Artigo 44º do Regimento do ENDA. -----

Foram convocadas as seguintes Associações Académicas e de Estudantes (AAEE), com direito a voto, segundo a Lei n.º 23/2006, mencionada Artigo 5º do Regimento do ENDA:-----

----- Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis - AAESCVPOA;-----

----- Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave- AAESSVA;-----

----- Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa- AAFDL; -----

----- Associação Académica da Guarda- AAG;-----

----- Associação Académica da Universidade Atlântica- AAUATLANTICA;-----

----- Associação Académica da Universidade Autónoma de Lisboa- AAUAL;-----

----- Associação Académica da Universidade da Beira Interior- AAUBI;-----

----- Associação Académica da Universidade da Madeira- AAUMADEIRA; -----
----- Associação Académica da Universidade de Aveiro- AAUA;-----
----- Associação Académica da Universidade de Évora- AAUE; -----
----- Associação Académica da Universidade de Lisboa- AAUL; -----
----- Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-
AAUTAD; -----
----- Associação Académica da Universidade do Algarve- AAUALG; -----
----- Associação Académica da Universidade do Minho- AAUM; -----
----- Associação Académica da Universidade dos Açores- AAUAÇORES; -----
----- Associação Académica da Universidade Lusíada de Lisboa- AAULUSIADA; -
----- Associação Académica da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão -
AAULUSIADAFAM;-----
----- Associação Académica da Universidade Lusiada do Porto - AAULUSIADAP;-
----- Associação Académica da Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias - AAULUSOFONAHT;-----
----- Associação Académica de Coimbra- AAC; -----
----- Associação Académica de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP
Lisboa) - AADUCP;-----
----- Associação Académica de Medicina Dentária de Lisboa- AAMD L; -----
----- Associação Académica de Viseu da Universidade Católica Portuguesa-
AEESTV; -----
----- Associação Académica do Instituto de Estudos Políticos - AAIEP; -----
----- Associação Académica do Instituto Politécnico de Castelo Branco- AAIPCB
----- Associação Académica do Instituto Politécnico de Portalegre-
AAIPPORTALEGRE
----- Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal- AAIPS

----- Associação Académica do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave- AAIPCA

----- Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna- AAISCPSI;-----

----- Associação Académica do Instituto Superior de Educação e Ciências - AAISEC;

----- Associação Académica do Instituto Superior de Entre Douro e Vouga- AAIVOUGA;-----

----- Associação Académica do Instituto Superior de Paços de Brandão- AAISPAB;

----- Associação de Alunos da Escola Náutica Infante D. Henrique- AAENDH;-----

----- Associação de Estudantes da Católica Lisbon School of Business & Economics - AACALOTICAL;-----

----- Associação de Estudantes da Católica Porto Business School- AAEBS;-----

----- Associação de Estudantes da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa - AEEAUCP;-----

----- Associação Académica do Instituto Politécnico de Beja- AAIPBEJA;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Bragança- AEESABRAGANCA;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Castelo Branco - AEESACB;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra- AEESAC; -

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Elvas - AEESAELVAS;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Santarém - AEESASANTAREM;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Viseu- ESAV;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo - AEESAIPVC;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Artística de Guimarães -
AEESAGUIMARAES; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Artística do Porto- AEESAP; ----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo
Branco - AEESAACB;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Artes e Design- AEESAD;----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Artes e Design de Caldas da
Rainha - AEESADCR;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade
Católica Portuguesa - AEESBUCP;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Ciências Empresariais do
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - AEESCEIPVC; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Comunicação Social -
AEESCSL;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Comunicação, Administração e
Turismo de Mirandela- AEESCATM;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Dança - AEESDL;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior -
AEESDRM; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Desporto e Lazer do Instituto
Politécnico de Viana do Castelo - AEESDLIPVC; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Almeida Garrett -
AEESEAG; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Bragança -
AEESEBRAGANÇA;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Castelo Branco -
AEESECB; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Coimbra-
AEESEC; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de João de Deus-
AEESEJD; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Lisboa- AEESEL;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti -
AEESEPF; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Santarém -
AEESES;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Viseu- AEESEV;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação do Instituto
Politécnico de Viana do Castelo - AEESEIPVC; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação do Porto- AEESEP;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de
Leiria- AEESECSLEIRIA;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação Jean Piaget de
Arcozelo - AEESEJPA;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra-
AEESEnfC;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa-
AEESEL;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de São José de
Cluny - AEESESJC;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem do Porto-
AEESEP;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado - AEESEDJTMM; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias - AEESESFM; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova - AEESGIN; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Gestão de Toma - AEESGT; -

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém - AEESGTS;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril- AEESHTE; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Politécnico do Porto- AEESHTPP; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Media, Artes e Design do Politécnico do Porto - AEESMADPP;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Música de Lisboa - AEESML;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo - AEESMAE;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Negócios Atlântico - AEESNA;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa- AEESSCVP;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde da Guarda - AEESSG;-

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde de Bragança - AEESSB;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde de Leiria- AEESL;----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde de Santa Maria- AEESSM; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde de Santarém - AEESSANTAREM;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde de Viseu - AEESSV;---

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde do Alcoitão - AEESSA;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo - AEESSIPVC;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde do Porto - AEESS; ----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias - AEESSDL; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde Egas Moniz - AEESSEM;

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve-AEESSJP;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Vila Nova de Gaia - AEESSJPVNG; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches-AEESSRS;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Teatro e Cinema - AEESTC; -

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra- AEESTSC; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa- AEESTSL;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes-AEESTA; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco-AEESTCB; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Tomar-AEESTT;-----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança- AEESTGB; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras- AEESTGF; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego - AEESTGL; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria- AEESTGL; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital- AEESTGOH; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu - AEESTGV; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo- AEESTGIPVC; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget do Litoral Alentejano- AEESTGJPLA; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche - AEESTTMP; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Superior Gallaecia- AEESG; -----

----- Associação de Estudantes da Escola Universitaria Vasco da Gama- AEEUVG;

----- Associação de Estudantes da Escola Universitária Vasco da Gama- AEEUVG;

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto- AEFAUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitetura - AEFA; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto- AEFBAUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa- AEFBAL; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto- AEFCNAUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto- AEFCUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa - AEFCHUCP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa- AEFCSHUNL; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto- AEFDUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa- AEFDUCP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto- AEFDUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa- AFDUNL;-----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto- AEFEUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa - AEFEPUCP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto- AEFEUP; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto- AEFFUP;-----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais- AEFFCS;-----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa- AEFLUL; -----

----- Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-
AEFLUP; -----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto-
AEFMUP;-----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa- AEFML; -----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade
do Porto- AEFMDUP; -----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade do Porto- AEFPCEUP;-----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e do Instituto de Educação
da Universidade de Lisboa- AEFPIEUL; -----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia - AEFT; -----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia de Lisboa- AEFTL;-----
----- Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia do Porto - AEFTP;-----
----- Associação de Estudantes da NOVA Medical School | Faculdade de Ciências
Médicas- AENMS; -----
----- Associação de Estudantes da Unidade de Ensino de Enfermagem de Lisboa da
Universidade Católica Portuguesa - AEUEELUCP;-----
----- Associação de Estudantes da Universidade Europeia- AEUE; -----
----- Associação de Estudantes da Universidade Fernando Pessoa- AEUFP; -----
----- Associação de Estudantes da Universidade Lusófona do Porto- AEULP; -----
----- Associação de Estudantes da Universidade Portucalense Infante D. Henrique-
AEUPIDH;-----
----- Associação de Estudantes do Instituto de Arte, Design e Empresa - IADE-
AEIADE;-----
----- Associação de Estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da
Universidade do Porto- AEICBASUP; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa- AEICSUCP; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto de Estudos Superiores de Fafe- AEIESF;

----- Associação de Estudantes do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa- AEIGOTUL; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Piaget de Almada- AEIPA;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia - ISLA Gaia- AEIPGT; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa- AEIPAML; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Português de Administração de Marketing do Porto- AEIPAMP; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior D. Dinis- AEISDD;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Administração e Gestão- AEISAG;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Administração e Línguas- AEISAL; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências da Administração- AEISCA;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração- AEISCIA; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz- AEISCSEM; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Educativas- AEISCE; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas- AEISCSP;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra- AEISCAC; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa- AEISCAL; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto- AEISCAP; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra- AEISEC; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa- AEISEL; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto- AEISEP; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Gestão- AEISG; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Gestão Bancária- AEISGB;-

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Gestão e Administração de Leiria - ISLA Leiria- AEISGAL; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém - ISLA Santarém- AEISGAS; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Novas Profissões- AEISNP;

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Psicologia Aplicada - ISPA- AEISPA; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Saúde do Alto Ave- AEISSAA; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social do Porto- AEISSSP; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa- AEISTAL; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Tecnologias Avançadas do Porto - AEISTAP;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior de Teologia de Évora- AEISTE;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- AEISMTG; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga- AEISMT; -----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior Politécnico do Oeste- AEISPO;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Superior Politécnico Gaya- AEISPG;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Universitário da Maia- AEIUM;-----

----- Associação de Estudantes do Instituto Universitário de Ciências da Saúde- AEIUCS;-----

----- Associação de Estudantes ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa- AEISCTE;-----

----- Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa- AEFCL;-----

----- Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa- AEFCTUNL; -----

----- Associação dos Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa- AEFFUL; -----

----- Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária - AEFMVL;-----

----- Associação dos Estudantes da Faculdade de Motricidade Humana- AEFMHL;-

----- Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia- AEISA; -----

----- Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Economia e Gestão- AEISEG; -----

----- NOVA Information Management School Students' Union - NOVAMSSU; -----

----- Nova SU - NOVASU; -----

----- União Associativa de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar - UAEIPT.

Estiveram ainda presentes os seguintes participantes, de acordo com o Artigo 7.º do Regimento do ENDA:-----

- Associação Académica de Lisboa- AAL;-----
- Associação Académica do Instituto Politécnico de Bragança- AAIPBRAGANCA;-----
- Associação Académica do Instituto Politécnico de Viseu- AAIPV;-----
- Associação Nacional de Estudantes de Medicina- ANEM;-----
- Associação Nacional de Estudantes de Medicina Dentária- ANEMD;-----
- Associação Nacional de Estudantes de Nutrição- ANEN;-----
- Associação Nacional de Estudantes de Psicologia- ANEP;-----
- Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia- APEF;-----
- Federação Académica de Desporto Universitário- AADU;-----
- Federação Académica de Lisboa- FAL;-----
- Federação Académica de Medicina Veterinária- FAMV;-----
- Federação Académica de Viseu- FAV;-----
- Federação Académica do Instituto Politécnico de Castelo Branco- FAIPCB;-----
- Federação Académica do Instituto Politécnico de Lisboa- FAIPL;-----
- Federação Académica do Instituto Politécnico de Viana do Castelo- FAIPVC;-----
- Federação Académica do Porto - FAP;-----
- Federação Académica para a Informação e Representação Externa- FAIRE;-----
- Federação Nacional de Associações de Estudantes de Enfermagem- FNAEE;-----
- Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico - FNAEESP;-----
- Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo- FNESPC.-----
-

Plenário A - Plenário Inicial -----

O Plenário Final, foi iniciado pela organização, tendo como Presidente de Mesa do Plenário (PMP) Igor Monteiro e os respetivos secretários, Hugo Fonseca, Pedro Fadiga e Sandra Ferreira e Ana Gomes, pertencentes às AAEE do Instituto Politécnico de Coimbra, organizadoras do presente ENDA. -----

O Presidente de Mesa informou o plenário de que estavam disponibilizados no site do ENDA toda a documentação necessária relativa às moções e todos os restantes documentos previstos no regimento do ENDA. -----

O PMP informou o plenário de que seria adotado o seguinte esquema de condução dos trabalhos neste plenário: informações e intervenções iniciais e pronuncia dos delegados sobre as votações a realizar neste plenário; Votações para validação da Presença da Comunicação Social, da Ata do ENDA de Viseu, e da Proposta da Organização para Ordem de Trabalhos; discussão e votação da moção de Revisão do Regulamento Eleitoral do ENDA do proponente FAL; eleição para os candidatos a Presidentes de Mesa dos Plenários do ENDA; eleição do Representante das Associações de Estudantes do Ensino Superior na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Capital Humano; e Informações de representantes dos estudantes em Órgãos Nacionais.-----

Colocado à consideração nenhum delegado se opôs a este método. -----

O PMP abriu um período para a entrega de candidaturas para a eleição do representante das Associações de Estudantes do Ensino Superior na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Capital Humano.

O PMP informou ainda que a proposta de ordem de trabalhos de Organização era: ---

----- Plenário A: Plenário Inicial;-----

----- Plenário B: Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES); -----

----- Plenário C: Financiamento do Ensino Superior; -----

----- Plenário D: Ação Social; -----

----- Plenário E: Inovação Pedagógica Plenário;-----

----- F: Medidas Conjuntas Plenário; -----

----- G: Plenário Final. -----

Registado um pedido de intervenção inicial, o PMP deu a palavra a Sofia Escária delegada da FAL. -----

Sofia Escária propôs uma Alteração à Ordem de Trabalhos, informou que ao contactar com os proponentes das moções propostas para o Plenário B: Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (REGIES), estas seriam retiradas pelos mesmos e propostas à discussão no Plenário F: Medidas Conjuntas. Por isto e por não entender pertinente a discussão do REGIES, já discutido no ENDA anterior, a delegada da FAL propõem a extinção deste plenário. -----

Depois de solicitada a palavra, Tiago Diniz, delegado da FNAEESP, afirma que a moção da qual a FNAEESP é preponente, foi submetida à organização segundo os prazos estipulados no regimento do ENDA, com o intuito de ser discutida e votada nesse mesmo no Plenário B. Não concorda com a abolição desse mesmo plenário pois não se pode assumir que a moção vai passar automaticamente para outro plenário. Afirma ainda que será sempre pertinente discutir o REGIES em sede de ENDA enquanto as propostas decididas não forem tidas em conta pela tutela para a revisão desse documento. -----

Depois de solicitada a palavra, Marcos Alves Teixeira FAP, afirma que uma moção só pode ser retirada do plenário no próprio plenário. Invocou ainda o facto de poder existir um Membro ou um participante no ENDA que queira submeter uma proposta de moção fora dos prazos estipulados no Regimento do ENDA. Nesse caso essa mesma informação terá de ser prestada, discutida e votada no próprio plenário. Deste modo afirma não se poder excluir o Plenário B. Afirma ainda que não se deve suprimir plenários quando foram convocados com antecedência segundo as normas Estipuladas no Regimento do ENDA. -----

Dada novamente a palavra a Sofia Escária da FAL, esta informa que submeteu uma proposta de alteração à ordem de trabalhos do ENDA. -----

Pedro Fadiga, da Mesa do Plenário informa a delegada que em termos de procedimento será votada primeiro a proposta de ordem de trabalhos e depois a proposta de alteração, isto por questões de congruência. -----

Quanto à Ata do ENDA Viseu, o PMP informou que antes dos trabalhos se iniciarem, chegou à organização um pedido da AEFML para a alteração da proposta de Ata, sendo que onde se lia “Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa” deveria passar a ler-se “Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa”.-----

Depois de inscrição foi dada a palavra a Tiago Borges da ANEMD. Informou a importância de corrigir a ata, nos trechos em que são mencionadas Associações Nacionais e Federações com direito a voto, sendo que estas não o têm, referenciando o Regimento do ENDA. Solicitou ainda a correção de algumas siglas de membros e participantes do ENDA.-----

Terminada a intervenção, foi dada a palavra a Joana Cunha da AEES, solicitou a inclusão da sua AAEE na Ata, nos trechos onde são mencionadas as AAEE credenciadas, afirmando que a AEES esteve devidamente credenciada no ENDA Viseu.-----

Sob proposta de Tiago Diniz, delegado da FNAEESP, o PMP deu continuidade aos trabalhos, para não os retardar. Assumiu ainda o compromisso da organização de disponibilizar todas as retificações propostas à Ata do ENDA de Viseu atempadamente no *site* do ENDA. -----

Encerrada a discussão sobre a Ata do ENDA de Viseu, sobre os plenários e a Ordem de Trabalhos procedeu-se à chamada de todas as AAEE para entregar os respetivos dispositivos de voto. O PMP iniciou o período de votações, registando-se a presença de sessenta e nove (69) Membros do ENDA, com direito a voto.-----

Submetida a primeira votação, relativa à Presença da Comunicação Social durante o ENDA, esta foi reprovada com trinta e um (31) votos a favor, trinta e três (33) votos contra, quatro (4) abstenções e um (1) direitos de não voto. -----

Submetida a segunda votação, relativa à Ata do ENDA Ordinário de Viseu, esta foi aprovada com cinquenta e dois (52) votos a favor, zero (0) votos contra, dezasseis (16) abstenções e um (1) direitos de não voto. -----

Submetida a terceira votação, relativa à Proposta de Ordem de Trabalhos, proposta pela Organização, esta foi aprovada com cinquenta e quatro (54) votos a favor, sete (7) votos contra, seis (6) abstenções e dois (2) direitos de não voto. -----

Submetida a quarta votação, relativa à alteração à Ordem de Trabalhos, proposta pela delegada da FAL, esta foi reprovada com quinze (15) votos a favor, cinquenta (50) votos contra, três (3) abstenções e um (1) direitos de não voto. -----

Encerrado o período de votações, o PMP deu a palavra a Teresa Valido, delegada da FAL, preponente da moção de Revisão do Regulamento Eleitoral do ENDA. -----

A delegada esclareceu que as propostas apresentadas se encontravam alinhadas com a Regimento do ENDA recentemente alterado. Descreveu algumas das alterações, referindo a revisão do regimento e o facto de as eleições passarem a ocorrer no Plenário Inicial. Mencionou a proposta de os delegados passarem a estar elegíveis para uma eleição no ENDA, podendo estar credenciados ou por Membros ou por Participantes. -----

A delegada salientou a proposta, de entrega de candidaturas com pelo menos 48 horas de antecedência à realização do ENDA. O proponente clarificou também a a fora de eleição que deve ser por escrutínio secreto.-----

Questionado o plenário sobre a existência de questões, o PMP deu a palavra a Marcos Alves Teixeira da FAP. O delegado apresentou-se a favor de todas as propostas apresentadas exceto no facto de os Participantes também poderem credenciar candidatos. Afirmou que seria um desrespeito para com as AAEE, pois estas é que têm direito a voto no ENDA. Deste modo só as AAEE é que deveriam poder credenciar candidatos. -----

Terminada a intervenção, o PMP deu a palavra a Tiago Diniz da FNAEESP. Este concordou com a generalidade do que foi dito pelo preponente o pelo delegado da FAP. Mostrou-se apreensivo com a quantidade de prazos que existem estipulados no Regimento do ENDA e no seu Regulamento Eleitoral. Deste modo, questionou a preponente sobre a possibilidade de as eleições serem convocadas com 21 dias, prazo de envio da convocatória do ENDA, e por sua vez a existência de uma data limite de submissão de candidaturas de 96 horas antes do ENDA, tempo limite de entrega das moções de modo a que a organização tivesse que disponibilizar com 72 horas, conforme faz com as moções. Tudo isto a bem da construção de um critério de definição de prazos, afirmou. -----

Teresa Valido da FAL, disponibilizou-se a aceitar os contributos de Tiago Diniz. Quanto à proposta de Marcos Alves Teixeira da FAP, a delegada da FAL manteve a posição da moção. -----

Deste modo a FAP procedeu à entrega de um requerimento de votação em alternativa entre o ponto da FAL, propondo a elegibilidade para eleições no ENDA por delegados quer dos Membros quer dos Participantes; e a proposta de redação desse mesmo ponto pela FAP, descrevendo que elegibilidade para uma eleição em ENDA só possa ser detida por delegados de Membros. -----

Iniciado o novo período de votações pelo PMP Igor Monteiro, registaram-se a presença de setenta e cinco (75) Membros do ENDA, com direito a voto. -----

Submetida a votação em alternativa das propostas de redação do ponto 1, Artigo 5º, das pela FAL e pela FAP, foi aprovada a proposta da FAP com cinquenta e um (51) votos, e reprovada a proposta da FAL com dezasseis (16) votos, tendo ainda resultado oito (8) abstenções. -----

Submetida a votação da moção na globalidade com a nova redação do ponto 1, Artigo 5º, relativa à Proposta de Alteração do Regulamento Eleitoral do ENDA, esta foi aprovada com cinquenta e oito (58) votos a favor, nove (9) votos contra, seis (6) abstenções e dois (2) direitos de não voto. -----

Terminado o período de votações, o PMP deu a conhecer os candidatos a Presidente de Mesa dos Restantes plenários, os quais: -----

----- Plenário B –João Carreiro da FAL; -----

----- Plenário C –João Cruz da FAP;-----

----- Plenário D –Manuel Maia da AAUBI; -----

----- Plenário E –João Albuquerque da AAC; -----

----- Plenário F –Bruno Fragueiro da FNAEESP. -----

Definida a votação por escrutínio secreto, e após a verificação da urna e de esta se encontrar vazia, deu-se início à chamada dos Membros do ENDA com direito a voto para exercerem o seu direito de voto.

Terminada a votação, contados os votos e verificados um total de setenta e um (71) boletins de voto dentro da urna, dos membros com direito a voto presentes, foram eleitos todos os candidatos a Presidente de Mesa de Plenário, respetivamente com: ---

----- Plenário B –João Carreiro com 53 votos a favor, 18 votos em branco;-----

----- Plenário C –João Cruz com 56 votos a favor, 15 em branco; -----

----- Plenário D –Manuel Maia com 52 votos a favor, 19 em branco;-----

----- Plenário E –João Albuquerque com 54 votos a favor, 17 em branco; -----

----- Plenário F –Bruno Fragueiro com 55 a favor, 16 em branco. -----

Encerrado o período de votações e não havendo pedidos de intervenção, o PMP encerrou o período para a entrega de candidaturas para a eleição do representante das Associações de Estudantes do Ensino Superior na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Capital Humano, informando a existência de uma candidatura única de Sofia Escária, credenciada pela AEISEG para esse efeito. -----

Dada a palavra à candidata esta mencionou o facto da necessidade de eleição de um Representante do movimento associativo nesta comissão. Esta necessidade foi dada a conhecer aquando de uma reunião com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, decorrente no início do mês de dezembro. -----

Centrou o objetivo da apresentação desta comissão informando que esta servirá para avaliar e emitir um parecer sobre a atual aplicação dos fundos comunitários no financiamento do Ensino Superior em Portugal, enquadrando-se no âmbito da das propostas já redigidas em sede de ENDA. -----

Informou que o objetivo desta comissão, ao contrário de outros Órgãos Nacionais onde estão presentes estudantes, existirá com um contexto muito prático, analisando diretamente orçamentos, relatórios, dados concretos, associados à aplicação de fundos de investimento e financiamento a nível do sistema de Ensino Superior de Ciência e Tecnologia em Portugal. -----

Declarou que a importância desta comissão é a de averiguar como é que foram implementados estes fundos, analítica e objetivamente, para desenhar uma estratégia mais forte de captação de fundos internacionais, garantindo a estabilidade do Ensino Superior de Ciência e Tecnologia. -----

Neste sentido, a candidata argumentou possuir experiência para o desempenho das funções, pelo trabalho desenvolvido quer na FAL, quer na AEISEG em matérias semelhantes. -----

Definida a votação por escrutínio secreto, e após a verificação da urna e de esta se encontrar vazia, deu-se início à chamada dos Membros do ENDA com direito a voto para exercerem esse mesmo direito. -----

Terminada a votação, contados os votos e verificados um total de setenta e um (71) boletins de voto dentro da urna, dos membros com direito a voto presentes, foi eleita Sofia Escária com cinquenta e seis (56) votos a favor e quinze (15) em branco, como representante das Associações de Estudantes do Ensino Superior na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Capital Humano. -----

Encerrado o período de votações e não havendo pedidos de intervenção, o PMP informou da inscrição de um representante em Órgãos Nacionais para prestar informações ao ENDA, por parte de Afonso Gomes, representante dos Estudantes Conselho Consultivo da Juventude (CCJ).-----

Afonso gomes informou da existência de uma reunião do CCJ, no dia 4 de dezembro de 2020 em Lisboa, com os pontos da ordem de trabalhos: Aprovação da ata Políticas Educativas no Setor da Juventude; Auscultação e discussão e outros assuntos. -----

A ata foi aprovada.-----

No segundo ponto o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD) fez uma breve síntese da sua atividade no início da presente legislatura e destacou que no âmbito das políticas educativas no setor da Juventude para o governo, a prioridade seria a habitação e o emprego. -----

Afonso Gomes mencionou os pontos mais importantes do documento apresentado ao ENDA, destacando algumas perguntas feitas ao SEJD pelas entidades presentes. -----

Já fora da reunião, Afonso Gomes questionou a título informal a Dra. Silvia Vermelho, Vogal da Direção do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) que garantiu que a próxima reunião do conselho consultivo IPDJ seria no dia 18, estando já convocada. Será importante pois o conselho consultivo IPDJ vai voltar a reunir passados mais de dois anos. -----

Não existindo pedidos de esclarecimentos, nem de intervenções nem mais informações de representantes dos órgãos nacionais o PMP encerrou o plenário agradecendo a presença de todos. -----

PLENÁRIO B - REGIME JURÍDICO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR (RJIES) -----

O Plenário B inicia com a apresentação da Mesa, à esquerda do Presidente: André Gomes da Associação Académica da Universidade do Minho, Beatriz Vouga da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Viseu, Beatriz Mariana Patrício da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e Cláudio Marinell da Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal e João Carreira da Federação Académica de Lisboa. -----

O Presidente de Mesa questionou os presentes se havia algum pedido de intervenções iniciais antes de dar início às moções. Havendo assim três pedidos de intervenção. --

O Presidente de Mesa deu a palavra a Tiago Diniz da FNAEESP. -----

Relativamente à moção Tiago Diniz fez uma pequena contextualização do porquê de passar esta moção para Medidas Conjuntas. Pois, as Associações Académicas tiveram a oportunidade de reunir com o Ministério e visto que uma das prioridades que sempre existiu foi o RJIES, consideraram importante que saísse apenas uma proposta, passando então para Medidas Conjuntas, de modo que se possam acrescentar proponentes, novas ideias e assim adotar uma posição mais definitiva junto do Ministério neste momento de pressão para que se reveja o RJIES. -----

Foi dada a palavra a Sofia Escária da FAL, pelo Presidente da Mesa. -----

Sofia Escária toma a palavra explicando que no seguimento da sua intervenção inicial sugeriu o suprimimento deste plenário da ordem de trabalhos, pois apesar de concordar que a revisão do RJIES é urgente e fundamental para ir de encontro à realidade do Ensino Superior e permitir que os problemas já enumerados sejam resolvidos. Refere que os documentos que constituem este plenário são pressões preliminares anteriores do último documento que foi aprovado em sede do Encontro Nacional de Direções Associativas. Considerando que não é pertinente nem viável, apontando como quase que desrespeito pelo trabalho desenvolvido pelos participantes deste fórum trazendo propostas diferentes das aprovadas em encontros anteriores, que são versões anteriores

às mesmas em documentos que dizem estamos a aproximar-nos de um processo eleitoral. Questionando que processo eleitoral. Acrescentando que leva a crer que as moções apresentadas são com base em documentos que vieram ao ENDA em setembro, não havendo atualização dos mesmos, nem trabalho desenvolvido pelos proponentes no sentido de aprofundarem a posição aprovada no último encontro. Termina a sua intervenção demonstrando disponibilidade para colaborar na definição da posição concertada do movimento estudantil nacional para apresentar à tutela.-----

O Presidente de Mesa, dá a palavra a Marcos Alves Teixeira da FAP-----

Inicia a sua intervenção dizendo que a FAP optou por passar a sua moção para o Plenário de Medidas Conjuntas, pois após a reunião com o Secretário de Estado e de estar a par da posição do Governo de resistência à revisão do RJIES, acham que passaria a imagem errada se este Encontro Nacional e Direções Associativas, que será seguido, segundo prometido, por uma reunião com o Secretário de Estado e com o Ministro não se discutisse esta matéria extremamente importante. Alertando que ao aprovarmos uma posição mais completa neste ENDA poderão afirmar posteriormente que é nossa prioridade, pois sempre que surge oportunidade é discutido e apresentamos propostas concertadas. Terminando a sua intervenção a frisar que não podemos perder oportunidades para discutir este assunto e é essa mensagem que devemos passar ao governo e fazer pressão. Agradecendo a atenção. -----

O Presidente de Mesa toma a palavra e informa que não havendo moções não se procederá ao debate das mesmas, passando as duas para as Medidas Conjuntas para o Plenário F. Não havendo intervenções finais, termina o Plenário agradecendo a todos os presentes. -----

Plenário C - Financiamento -----

Teresa Valido, da Federação Académica de Lisboa, iniciou a apresentação da moção **Repensar a Definição da Propina**, propondo a extinção da propina mínima e uma indexação da propina máxima ao indexante de apoios sociais (IAS), sendo isto sendo concordante com o princípio de que o ensino superior deverá ser tendencialmente gratuito e que é função do Estado garantir que todos os indivíduos têm acesso a formação a todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior. -----

Posto isto, deu-se início aos pedidos de esclarecimento.-----

Marcos Teixeira, da Federação Académica do Porto, interveio afirmando que considerava a proposta pouca concisa, que a não existência de uma propina mínima poderia trazer efeitos adversos uma vez que poderia levar as IES a praticar valores de propina demasiado baixos e solicitando esclarecimentos relativamente à proposta.----

A Mesa deu a palavra a Teresa Valido que afirmou que dificilmente existiriam IES a proceder como referido devido à atual falta de financiamento patente no ensino superior. Além do referido, Teresa Valido comentou também que a existência de uma propina mínima não é coerente com a necessidade de existir um ensino tendencialmente gratuito, devendo-se garantir que a propina cobrada seja a adequada para a realidade da IES. Concluindo, Teresa Valido reiterou a importância do fim da propina mínima para que a gratuidade da frequência do ensino superior seja uma realidade. -----

Inquirido pela Mesa, Marcos Teixeira não se considerou esclarecido pela resposta de Teresa Valido, comentando que tal poderá levar a que o fator de escolha aquando da entrada no Ensino Superior seja o valor da propina ao invés da qualidade do ensino, ao que Teresa Valido respondeu que acontecendo algo semelhante ao referido por Marcos, tal indicaria que o sistema se encontrava corrompido, devendo-se utilizar outros mecanismos para atestar os reais custos e benefícios dos cursos ministrados numa determinada IES. -----

De seguida falou Tiago Diniz, FNAEESP, recordando que a moção apresentada pela FNAEESP aborda a mesma temática, ainda que de forma distinta e alertando para as potenciais assimetrias no território que se criariam com o fim da propina mínima, referindo a importância da propina mínima enquanto indicador de referência para outros valores, nomeadamente para a propina dos estudantes a tempo parcial, e inquirindo sobre a possibilidade de tal proposta ter um efeito inverso ao desejado, desregulando ainda mais o sistema e prejudicando os estudantes. -----

Respondendo, Teresa Valido, afirmou que não considera que a propina mínima esteja interligada com a propina dos estudantes a tempo parcial, reiterando que a sua existência contraria a premissa de um ensino superior tendencialmente gratuito e que deverão sempre existir outros mecanismos que garantam a qualidade do ensino superior. -----

Tiago Diniz, FNAEESP, tomou a palavra, afirmando que considerava paradoxal que na mesma proposta se defendesse a não existência de uma propina mínima em prol do ensino tendencialmente gratuito e, simultaneamente, sugerir a existência de uma propina máxima. -----

Teresa respondeu dizendo que de forma a garantir a gratuidade pode haver um limite máximo, mas nunca um mínimo. -----

De seguida passou-se à apresentação da moção: Por um teto máximo da propina anual e pela atualização do valor da bolsa mínima do segundo ciclo de estudos superiores, do preponente AEFCSH. -----

Segundo a AEFCSH, a propina apresenta-se como um impedimento para os estudantes, em todos os ciclos de estudo, mencionando aqui o 2º ciclo em particular. Simultaneamente encontra-se um problema com o valor da bolsa, associado à propina do 1º ciclo de estudos.-----

Aberto o período de esclarecimentos, Sofia Escária, comenta que algumas das referências são dúbias, que carece de fundamentação e que o próprio título da moção não é correto, sugerindo que se deveria falar de uma regulamentação e não de um teto máximo. -----

Em resposta, afirma-se que têm abertura relativamente à questão da regulamentação ao invés de teto máximo e que efetivamente poderá carecer de fundamentação. -----

Sofia Escária, afirma que a regulamentação deverá passar por mais do que o teto máximo, mas sim pelo levantamento dos custos associados aos cursos conducentes a grau de mestre, que se deve ter em atenção os cursos indispensáveis para o exercício da profissão e sugerindo a reformulação ou eliminação do 3º ponto da moção. -----

Em resposta, afirma-se que a moção aborda apenas os cursos conducentes a grau de mestre não necessários para atividade profissional. Afirma-se também que se deveria responsabilizar o estado pelo financiamento do ensino superior, não deixando que os mestrados sirvam como forma de colmatar o subfinanciamento do ensino superior.---

Finalizando, Sofia Escária referiu que as IES estão a ser ressarcidas pelo estado do valor que perderam com a diminuição da propina e que, como tal, se deveria rever a moção em causa. -----

Passando para o período de intervenções, Marcos Alves Teixeira da FAP, afirma que concorda parcialmente com a moção. Discorda em particular do facto de que colocar um tecto máximo numa propina do segundo ciclo de estudos, quando formação não essencial, poderá comprometer a sustentabilidade em termos de autofinanciamento de muitas IES. Além do referido, inquire sobre porque não se define então também um tecto máximo para o 3º ciclo de estudos. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se à apresentação da moção **Financiamento: Contrato sem confiança** da FAP. -----

Segundo a FAP, esta moção versa sobre o contrato de legislatura assinado no anterior dia 29 de novembro. Afirma-se inicialmente que, apesar de ser um documento positivo na medida em que prevê a convergência de Portugal com as metas europeias, acaba por servir apenas para colmatar as diminuições de financiamento previstas em iniciativas legislativas. Em suma, a moção defende três pontos, o reforço progressivo das dotações orçamentais destinadas às IES, associadas ao cumprimento de objetivos, o estabelecimento de estímulos financeiros associados ao estabelecimento de parcerias e consórcios e a dotação de orçamento associado ao estabelecimento de protocolos entre as IES e operadores privados de forma a que seja disponibilizado alojamento para os estudantes, a preços acessíveis, em particular aquando da reabilitação/construção de novas residências. -----

Abrindo-se o período de esclarecimentos, Sofia Escária da Federação Académica de Lisboa, afirma que considera a temática deveras pertinente, colocando de seguida algumas questões sobre a mesma. Em primeiro lugar inquirindo sobre o modelo de distribuição de verbas aos operadores privados, inquirindo também sobre o reforço da captação dos fundos comunitários e sobre a hipótese do estabelecimento de uma relação entre as receitas próprias e a dotação orçamental das IES, de forma a entender a sua dependência no pagamento coercivo de taxas e emolumentos, por exemplo, dando uma melhor noção da realidade de cada IES e a sua dependência do orçamento das famílias. -----

Marcos Alves respondeu afirmando que se pode ter acesso a esses dados, da relação entre receita própria e financiamento do estado, através dos relatórios de contas das IES, não considerando pertinente incluir na moção. Relativamente à responsabilização do estado, Marcos Alves afirma que o importante é mesmo existir um reforço da

dotação das IES, não através de fundos comunitários competitivos ou não, mas através do Orçamento do Estado. Relativamente à outra questão, Marcos afirma que poderá existir apenas um protocolo de cooperação entre o público e o privado, nada muito complexo. -----

Sofia Escária responde, solicitando que a redação do ponto associado às parcerias com privados seja reformulada e mais esclarecida, comentando que considera que a contextualização esteja bem redigida mas que exista uma falta de concretização nas propostas em si. -----

Marcos afirma que a FAP está disponível para esclarecer os pontos.-----

Não existindo mais pedidos de intervenção e esclarecimento, Tiago Diniz apresenta a moção “Repensar a Propina Mínima e Máxima no Ensino Superior” da FNAEESP. --

Contextualizando, Tiago afirma que a propina máxima é definida através de um decreto-lei que tem mil e duzentos escudos como valor de atualizando-se o valor segundo o índice preços do consumidor que chegou até ao valor do ano passado dos mil e sessenta euros. Estando a propina mínima definida como um ponto três do salário mínimo, podendo levar a que, a diferença entre os dois valores se torne diminuto. Sendo assim, definir-se-ia a propina mínima como um IAS, para que a mesma deixe de aumentar sempre que há um aumento do salário mínimo. Além do referido, definir-se-ia a propina máxima como 2 IAS, devendo-se também criar regulamentação para a definição da propina a tempo parcial. Estas alterações deverão ser integradas desde já no Orçamento do Estado, salvaguardando o próximo ano letivo e fixando estas alterações a longo prazo. -----

Iniciando-se o período de esclarecimentos, Sofia Escária da Federação Académica de Lisboa, afirma que a FAL discorda da existência de uma propina mínima, como versa na moção previamente apresentada e que, relativamente à propina a tempo parcial se deveria estabelecer uma relação de proporcionalidade entre o valor da propina e o número de ECTS inscritos, ao invés do estabelecimento de um valor base para todos, indiscriminado.-----

Respondendo, Tiago afirma que a FNAEESP não quer colocar em causa o ensino tendencialmente gratuito mas sim estabelecer alguns limites realistas, alcançando uma vitória de cada vez. Relativamente à propina parcial, Tiago afirma que muitas IES já

utilizam essa proporcionalidade, utilizando o valor entre 0,5 e 1 IAS apresentado na proposta, como espaço para as IES regularem a propina parcial.-----

Sofia Escária responde, afirmando que a questão não se trata do valor que se paga ou não se paga e é precisamente essa autonomia que deve ser responsável que coloca em causa a equidade e justiça que deve existir no nível de ensino superior, devendo existir uma regulamentação relativa à referida proporcionalidade do número de ECTS.

Respondendo, Tiago afirma que a definição do valor entre 0,5 e 1 IAS já é essa regulamentação.-----

Sofia Escária, respondendo, afirma que continua a defender que a propina parcial deve estar associada ao valor praticado de propina a tempo integral na IES, proporcionalmente, e não baseado no IAS. -----

Respondendo, Tiago Diniz afirma que aquela redação tem um propósito claro, aquilo que ali está não tem a ver se é metade dos créditos a que se escreve ou não, tem a ver como valores de referência, porque inclusive existem instituições de ensino superior que até já têm condições no sentido de tempo parcial considerarem quarenta créditos, tempo parcial considerarem em trinta créditos e isto é dispar e portanto aquilo que esta proposta não poderia ser dessa maneira, é porque se calhar ainda estamos a piorar o objetivo nunca é esse, é definir uma janela de valores para que não passe nunca daquele valor referência de um IAS. -----

Rui Oliveira da Associação Académica da Universidade do Minho, inquire sobre o porquê do valor aqui definido para a propina a tempo parcial. -----

Respondendo, Tiago Diniz afirmou que usaram o IAS uma vez que o próprio Orçamento do Estado possui alguns valores com base no IAS e, seguindo esta lógica, isto impede que os valores das propinas nunca se cruzem. -----

Passando ao período para pedidos de intervenção, Marcos Alves Teixeira da FAP, reitera a importância de uma definição concreta da propina em tempo parcial, cada vez mais importante nomeadamente no âmbito da formação ao longo da vida, afirmando que os limites propostos são razoáveis e importantes. -----

Sofia Escária da Federação Académica de Lisboa, clarifica a questão previamente colocada, afirmando que da maneira que a proposta apresentada, a propina mínima e a

propina a tempo parcial poderão ter os mesmos valores, considerando importante que seja definido este valor de forma proporcional à propina colocada em prática na IES e ao número de ECTS, inquirindo ainda sobre a possibilidade de alterar a redação da moção. -----

Não havendo mais intervenções, passa-se a um período para atualização das moções, votando-se de seguida. -----

Marcos da FAP, apresenta as alterações à moção **Financiamento: Contrato sem confiança**, afirmando que, seguindo a sugestão de Sofia Escária, procederam à clarificação do último ponto da moção. -----

De seguida, apresenta a AEFCSH as alterações à moção. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento, passa-se à votação. -----

Tiago Diniz pede para intervir, propondo que que a votação da moção da FNAEESP e da FAL fossem votadas em alternativa. -----

Após contagem, registou-se a presença de 75 AAE com direito a voto. -----

Passamos então à votação da proposta em alternativa da proposta da FAL e da FNAEESP, sendo a moção escolhida a **Repensar a Propina Mínima e Máxima no Ensino Superior**, da FNAEESP em detrimento da moção da FAL. -----

Sofia Escária da Federação Académica de Lisboa solicitou que a moção da FNAEESP fosse votada ponto por ponto. -----

Iniciando-se pelo preâmbulo, aprovado com 53 votos a favor, 10 contra, 10 abstenções e 2 direitos não voto. -----

O ponto um é assim aprovado com 44 votos a favor, 15 contra, 14 abstenções e 2 direitos não voto. -----

O ponto número dois foi então aprovado com 43 votos a favor e 20 contra, 11 abstenções e 1 direito não voto. -----

O ponto número três da FNAEESP foi então aprovado com 44 votos a favor, 19 contra, 11 abstenções e 1 direito não voto. -----

A moção da FNAEESP é assim aprovada na globalidade com 42 votos a favor, 20 contra, 12 abstenções e 1 direito de não voto. -----

Passando então à votação da moção “Financiamento: Contrato sem confiança” da Federação Académica do Porto. A moção da FAP é assim aprovada com 62 votos a favor, 7 contra, 4 abstenções e 2 direitos não voto. -----

Passando então à votação da próxima moção “Por um Teto Máximo da Propina Anual e pela Atualização do Valor da Bolsa Mínima do 2º ciclo de Estudos Superiores” da AEFCSH, a mesma é reprovada com 39 votos contra, 22 a favor, 13 abstenções e 1 direito de não voto. -----

Abrindo-se período para intervenções finais, foi dada a palavra a Pedro Horta, presidente da Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, inscreveu-se para tomar a palavra e fazer uma declaração de voto, no sentido em que a AEFCT votou contra o ponto 3 da moção da FNAEESP, uma vez que é a posição dos estudantes que representa a defesa pela propina gratuita, pela gratuidade da frequência no ensino superior princípio este que é contrariado quando propomos que seja previsto na lei de bases de financiamento do ensino superior, a definição definitiva da propina como passível de aumento gradual.

Não existindo mais pedidos de intervenção o PMP encerrou o Plenário C - Financiamento no Ensino Superior. -----

PLENÁRIO D - AÇÃO SOCIAL -----

O Plenário D inicia com à apresentação da Mesa, da esquerda para a direita, o Presidente Manuel Maia da AAUBI, Nuno Mateus da AEFEUP, Guilherme Machado da AEFCSH, Francisco Melo da AESEF e Gonçalo Pires da AEISEP. -----

O Presidente de Mesa prossegue questionando se há algum pedido de intervenção inicial, e surgem dois pedidos. -----

Passa então a palavra a Tiago Diniz da FNAEESP. -----

Inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes, e referindo que quanto à sua moção mantém o mesmo princípio do expressado em relação ao RJIES, pois face ao reconhecimento de abertura por parte do Ministério, refere que considera que deve haver apenas uma proposta, passando para Medidas Conjuntas para que possam recolher mais contributos e alterar proponentes para ser mais abrangente. Termina a intervenção agradecendo. -----

O Presidente de Mesa, passa a palavra a Marcos Teixeira da FAP. -----

Cumprimenta todos os presentes, e relativamente à moção da FAP para a Ação Social refere dois pontos que são do seu ponto de vista prioridade e após reunião com a tutela percebeu que haveria abertura para serem implementadas num futuro muito próximo. Refere, ainda, que havendo propostas que implicam uma revisão total do regulamento e assumindo que feito globalmente o resultado será mais complexo, termina afirmando que passarão a sua moção para Medidas Conjuntas.-----

Não havendo mais nenhuma intervenção, o Presidente de Mesa pede à AEFCSH que venha apresentar a **Moção Combate à Limitação da Ação Social Escolar.** -----

O Presidente de Mesa, informa que está aberto o período para inscrições para pedido de esclarecimentos. Foram apontados dois pedidos. É dada a palavra a Sofia Escária da FAP. -----

Inicia a sua intervenção, afirmando ter propostas de alteração à moção apresentada anteriormente mostrando disponibilidade para enviar caso queiram. Estas propostas são essencialmente ao nível do aumento do financiamento público para a Ação Social Escolar Direta por via do Orçamento de Estado e não tão dependente de fundos comunitários. Explica relativamente à questão do Fundo Social Europeu, precisamente pela comissão, sugerindo que estas referências constem reforçando o conteúdo da moção. Relativamente às questões da mesma foi com base de como as propostas seriam aplicadas. -----

O representante da AEFCSH começa explicando que o que entendem é que os estudantes que pedem estes empréstimos são estudantes com carências socioeconómicas, então será equivalente ao Estado estar a apoiar. A referência aos bancos veio no sentido que muitas vezes é posto o entrave de não haver mais dinheiro, mais verbas para colocar no Orçamento de Estado e que de facto o Ensino Superior é uma prioridade, consideramos que há verbas que estão a ser colocadas noutros setores que podiam estar neste. Quanto ao cálculo da bolsa, explicam que não colocaram nada específico porque quando falamos da criação ou alargamento dos mecanismos da ação social que o substituam é no sentido de primeiro receber os dados dos estudantes que estão a pedir esses apoios no sentido de perceber se há estudantes que não estão abrangidos pela Ação Social da DGES e que estão a pedir estes apoios. E se se verificar perceber que a Ação Social existente não é suficiente. Neste sentido, de

acordo com os dados recebidos perceber se faz sentido alargar o grau linear de elegibilidade, entre outros. -----

O Presidente de Mesa passa a palavra a Sofia. -----

Sofia inicia a sua intervenção com uma sugestão no terceiro ponto, que será de que forma é que podíamos fazer refletir sobre a alteração ao cálculo. E ainda, afirma que não ficou esclarecida, questionando relativamente ao ponto 4. -----

O representante da AEFCSH explica que estes empréstimos foram concedidos a estudantes que estão numa situação de fragilidade socioeconómica, então entendemos que o Estado deve saldar estas dívidas. -----

O Presidente de Mesa questiona se existe mais algum pedido de esclarecimento, sendo pedida a palavra por Teresa Valido da FAL. -----

Teresa Valido inicia o seu pedido de esclarecimento, dizendo que tem uma proposta para o ponto cinco e quatro querendo perceber primeiramente o problema identificado pela AEFCSH. -----

O Presidente de Mesa informa que terminou o período de inscrição de pedido de esclarecimento. -----

O representante da AEFCSH explica que estando as instituições a criar estes mecanismos estão a desvirtuar o princípio da Ação Social, ou seja, se o estudante está com carência socioeconómica tem de estar a prestar serviços para receber esse apoio, e nesse ponto percebemos que está a ser desviado o conceito de Ação Social. Assim como nos empréstimos, não nos opomos, mas no nosso ponto de vista é responsabilidade do Estado, portanto se há verbas para isso, devem partir do Estado e libertar as instituições dessa responsabilidade. Quanto à questão de ser súbito, já existe o auxílio de emergência no regulamento de atribuição de bolsas, estando a duplicar mecanismos. Sentimos que se deve centralizar tudo no Estado, porque sim é a sua responsabilidade. -----

O Presidente de Mesa questiona se existe algum pedido de intervenção, e passa a palavra a Marcos Alves Teixeira da FAP. -----

Inicia a sua intervenção, cumprimentando os presentes e posteriormente enumera os comentários relativos aos pontos que incluem como propostas. Quanto ao primeiro,

alerta que têm de ser consequentes. No ponto dois, na secção de Fundos Europeu acrescenta que temos de ter em conta a crise de instabilidade com a saída do Reino Unido e que haverá uma diminuição do que são os fundos disponíveis. Depois no ponto três, reforça que concorda com a revisão da forma de cálculo. Nos pontos, quatro e cinco, refere que o Fundo de Emergência e de Apoio, tem um papel muito específico no que toca à atribuição das bolsas e tem regulamento que por força das regras definidas haverá estudantes que fiquem de fora e que precisem deste mecanismo alternativo que cumpre a sua própria função. Que no seu ponto de vista seria retirar meios complementares da Ação Social, o que acaba por ser contraditório com as vossas posições. Termina a sua intervenção dizendo que os três primeiros pontos são vagos, e sugere associar estas ideias a outras propostas apresentadas neste ENDA, quanto aos outros dois pontos aponta que é contra. -----

O Presidente de Mesa questiona se há mais alguma intervenção, verificando que não, abre-se o período de pausa para entrega de propostas de alteração ao proponente. -----

O representante da AEFCSH inicia a apresentação das alterações efetuadas. No ponto um, acrescentaram que “o aumento do financiamento público será tal como estipulado no orçamento do Estado”. No ponto dois a questão do Programa Operacional Capital Humano. E ainda no quinto ponto, em vez de pôr fim, alterar para a redução da existência pois aquilo que está em causa é a centralização destas questões no governo por fazer parte das suas competências. -----

O Presidente de Mesa questiona se há pedido de esclarecimentos, não havendo pede que sejam fechadas as portas para procedermos à votação. Informa que chegou um pedido para que a votação seja feita ponto a ponto. Assim sendo, posteriormente ao teste dos comandos, e consideraram que havia 72 Associações, devidamente credenciadas com direito a voto. -----

O preâmbulo foi reprovado com vinte e um (21) votos a favor, trinta e nove (39) votos contra, onze (11) abstenções e um (1) direito de não voto. -----

O Ponto Um foi reprovado com vinte (20) votos a favor, quarenta e três (43) votos contra, nove (9) abstenções e zero (0) direitos de não voto. -----

O Ponto Dois foi reprovado com dezanove (19) votos a favor, quarenta e dois (42) votos contra, dez (10) abstenções e um (1) direito de não voto. -----

O Ponto Três foi reprovado com dezoito (18) votos a favor, quarenta e quatro (44) votos contra, dez (10) abstenções e zero (0) direitos de não voto. -----

O Ponto Quatro foi reprovado com onze (11) votos a favor, quarenta e nove (49) votos contra, doze (12) abstenções e zero (0) direitos de não voto. -----

O Ponto Cinco foi reprovado com catorze (14) votos a favor, quarenta e oito (48) votos contra, dez (10) abstenções e zero (0) direitos de não voto. -----

O Presidente de Mesa encerra a votação, concluindo que os pontos foram todos rejeitados, portanto a moção fica também rejeitada. Questiona os presentes se tem intervenções finais, não havendo termina assim o plenário D. -----

Plenário E: Inovação Pedagógica -----

O Plenário Inovação Pedagógica, foi iniciado tendo como PMP, João Albuquerque, AAC e os respectivos secretários, Ana Emília Teixeira, da AE ESS, José Miguel Banza, da AE FMUL, Inês Magalhães AE ESEL e Catarina Ferreira da AE ESEC. -----

Não havendo pedidos de intervenções iniciais, foi solicitado ao proponente da proposta, Tiago Diniz, da FNAEESP, que apresentasse a sua proposta de Moção Inovação Pedagógica. -----

O representante da FNAEESP descreveu a sua proposta, salientando a questão do Ensino Superior Português necessita de ser reformulado, tendo em conta a flexibilização curricular, requalificação das condições do campi, reforçar a necessidade do sistema binário do Ensino Superior, e a necessidade e obrigatoriedade de ouvir as Associações Académicas e Estudantes. -----

Questionado o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Sofia Escária da FAL. -----

Sofia Escária mencionou a valorização deste tema, porém necessitou esclarecimento sobre como o programa se interligava com as propostas colocadas e como algumas poderiam vir a pôr-se em prática. -----

O proponente agradeceu a questão e realçou a justificação das suas propostas. -----

Representante da FAL sugeriu reforçar a proposta, à qual Tiago Diniz apelou ao envio da mesma.-----

Questionado novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Tiago Marques da FAP.-----

Tiago Marques menciona a necessidade de reforçar certas propostas, à qual Tiago Diniz invoca ao envio de sugestão de alteração.-----

Questionado novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Patrícia Moreira da AEFAUP.-----

Patrícia Moreira interveio sugerindo pequenas alterações frásicas no preâmbulo, à qual Tiago Diniz aceita a sugestão.-----

Questionado novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a José Luís da AEFML-----

José Luís e mais um delegado não identificado pede esclarecimento sobre a clareza do preâmbulo.-----

O proponente responde justificando a sua posição em relação ao mesmo.-----

Após este momento de esclarecimento, o PMP questionou o plenário sobre a existência de questões ou pedidos de intervenção por parte dos delegados, mais uma vez, relativamente à proposta apresentada.-----

Não existindo mais nenhuma manifestação dos delegados sobre este assunto, foi iniciada a apresentação relativamente à Segunda Moção Plasticidade do currículo por Teresa Valido da FAL.-----

A representante da FAL descreveu a sua proposta, salientando a importância relativamente aos ramos optativos a nível nacional.-----

Questionado o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a um delegado não identificado.-----

O delegado não identificado refere a sua opinião dizendo que certas propostas são intrusivas.-----

A proponente esclarece referindo que o objetivo não é a obrigatoriedade, mas sim a possibilidade de integração dos ramos optativos nos troncos comuns, a nível nacional, sendo isto previsto na lei. -----

Mais uma vez o delegado não identificado refuta dizendo que o texto das propostas tem uma conotação de obrigatoriedade e sugere que estes sejam redigidos.-----

Teresa Valido compreende a intervenção do delegado e recomenda o envio da sugestão de alteração. -----

Após este momento de esclarecimento, o PMP questionou o plenário sobre a existência de questões ou pedidos de intervenção por parte dos delegados, mais uma vez, relativamente à proposta apresentada. -----

Não existindo mais nenhuma manifestação dos delegados sobre este assunto, foi iniciada a apresentação relativamente à Terceira Moção Inovação Pedagógica: Aprender para ensinar por Marcos Alves Teixeira da FAP. -----

Marcos Teixeira apresenta a moção destacando o impacto do papel do docente, sendo assim estabelecendo a avaliação aos mesmos, da mesma forma, introduzir uma legislação, uma estratégia, as boas práticas e a certificação pedagógica.-----

Questionado o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Sofia Escária da FAL.-----

Sofia Escária realça a importância da problemática, porém enuncia diversas falhas ao longo da moção.-----

O proponente da FAP responde às questões colocadas e justifica as mesmas e reafirma a sua posição.-----

Sofia Escária sugere um pedido de alteração, à qual Marcos Teixeira pede para chegar ao mesmo a proposta. -----

Após este momento de esclarecimento, o PMP questionou o plenário sobre a existência de questões ou pedidos de intervenção por parte dos delegados, mais uma vez, relativamente à proposta apresentada. -----

Não existindo mais nenhuma manifestação dos delegados sobre este assunto, foi dado um pequeno intervalo, de modo a efectuar as devidas alterações.-----

Após o intervalo, registou-se as restantes alterações e explicitou-se as mesmas. -----

Iniciado o período de votações, registou-se a presença de cinquenta e oito (58) Membros do ENDA, com direito a voto.-----

Submetida a primeira votação, relativa à Moção Inovação Pedagógica do proponente FNAEESP, esta foi aprovada com trinta (30) votos a favor, vinte (20) votos contra, sete (7) abstenções e um (1) direito de não voto.-----

Submetida a segunda votação, relativa à Moção Plasticidade do currículo do proponente FAL, esta foi aprovada com vinte e cinco (25) votos a favor, vinte e dois (22) votos contra, dez (10) abstenções e um (1) direito de não voto. -----

Submetida a terceira votação, relativa à Moção Inovação Pedagógica: Aprender para Ensinar, do proponente FAP, esta foi aprovada com cinquenta e dois (52) votos a favor, dois (2) votos contra, três (3) abstenções e um (1) direito de não voto. -----

O Presidente de Mesa do Plenário deu por encerrado o período de votações, questionando se haveria mais alguma intervenção. -----

José Rodrigues da AEFML fez uma declaração de voto, relativamente à segunda votação da Moção Plasticidade do currículo, afirmando que este está contra, pois o conteúdo não é explícito e suficiente, assim como a proposta de alteração. -----

----- PLENÁRIO F: MEDIDAS CONJUNTAS -----

O Plenário Medidas Conjuntas, foi iniciado tendo como PMP, Bruno Fragueiro Presidente da Mesa de Assembleia Geral da FNAEESP e as respetivas secretárias, Jaqueline Bento, da AE ESAC, Raquel Farola, da AE ESEL, Carla Carvalho, da AE ESTG IPVC e Érica Teixeira da AAUTAD.-----

Não havendo pedidos de intervenções iniciais, o Presidente de Mesa informou o plenário da existência de duas moções que foram fundidas e submetidas a discussão e votação neste plenário. Por isto informou que o procedimento de organização do plenário seria: iniciado pela votação de admissão à discussão de ambas as moções, referidas anteriormente; apresentação e discussão de todas as moções previstas para este plenário, incluindo as possíveis moções aprovadas em votação anterior; e votação de todas as moções apresentadas e discutidas neste plenário. -----

Sem oposições dos delegados presentes, desencadearam-se as votações, registrando-se a presença de cinquenta e oito (58) Membros do ENDA, com direito a voto. -----

Submetida a primeira votação, Admissão da Moção: Revisão do RJIES, com os proponentes FNAEESP e FAP, esta foi aprovada com cinquenta e um (51) votos a favor, quatro (4) votos contra, dois (2) abstenções e um (1) direito de não voto. -----

Submetida a segunda votação, Admissão da Moção: Alteração do RABEES – com os proponentes FNAEESP e FAP, esta foi aprovada com quarenta e seis (53) votos a favor, dois (2) votos contra, dois (2) abstenções e um (1) direito de não voto. -----

Aprovadas as duas admissões de moções, o PMP informou a ordem de apresentação e discussão das moções, sendo estas: Primeira Moção - Violência Sexual no Ensino Superior, preponente FAL; Segunda Moção - Mais Cultura para os Estudantes do Ensino Superior , preponente FAL; Terceira Moção - Ensino Superior, Ciência e Tecnologia na Legislatura 2019-2023, preponente FAL; Quarta Moção- Por uma posição conjunta em ENDA para com o programa do Governo para o Ensino Superior , preponente AEFLUL; Quinta Moção - Nova Via de Acesso ao Ensino Superior para Estudantes no Ensino Profissional, preponente FNAEESP; Sexta Moção - Análise ao Relatório Estado da Educação 2018 (Edição 2019), preponente AAL; Sétima Moção - Revisão do RJIES , preponentes FNAEESP e FAP; Oitava Moção - Alteração ao RABEES , preponentes FNAEESP e FAP. -----

Deste modo, o PMP deu a palavra a Sofia Escária, delegada da FAL, proponente da Primeira Moção - Violência Sexual no Ensino Superior, para que a apresentasse. -----

A delegada mencionou que a FAL, através do seu Centro de Estudos, elaborou o estudo “Violência Sexual na Academia de Lisboa: prevalência e perceção dos estudantes”. Esta investigação objetivava explorar uma compreensão alargada sobre o fenómeno da violência sexual contra os estudantes do Ensino Superior e, por consequência, estimular as boas práticas por parte dos estabelecimentos de Ensino Superior.-----

A temática da violência sexual foi analisada neste estudo quanto a três dimensões: a perspetiva dos estudantes sobre o que constitui, ou não, violência sexual; a perceção de segurança e riscos associados à vitimização com os campi universitários; e a prevalência de situações de violência sexual no contexto académico. -----

Foram propostos como objetivos deste documento: a realização de um estudo a nível nacional, semelhante ao apresentado; a promoção de campanhas de sensibilização, pelas Instituições de Ensino Superior (IES); a criação de metodologias de denúncia de casos nas (IES), com a respetiva divulgação dos procedimentos, procurando alertar para a importância da denúncia; e a implementação de medidas de segurança mais adequadas às reais necessidades dos estudantes, procurando ampliar a vigilância, iluminação e controlo nos estabelecimentos de ensino, com base na definição de melhores políticas públicas de combate ao assédio e violência sexual.-----

Não havendo nem pedidos de esclarecimento, nem pedidos de intervenção por parte do plenário, passou-se à apresentação e discussão da Segunda Moção - Mais Cultura para os Estudantes do Ensino Superior, do proponente FAL. -----

Foi dada a palavra a Sofia Escária, delegada da FAL, para que a apresentasse a moção.

Conclui-se que é perentório que o acesso aos museus e monumentos nacionais e, em última instância, à cultura, não seja vedado em função daquilo que é a capacidade financeira de qualquer estudante.-----

Tendo em conta estes dados apresentados no documento, reconhecendo a importância da cultura na educação e desenvolvimento pessoal de todos os estudantes e que o acesso à cultura, museus e monumentos nacionais não deve ser vedado em função daquilo que é a capacidade financeira de qualquer estudante, foi proposta a criação de esforços para que seja garantida a gratuidade de todos os museus e monumentos nacionais, tutelados pela DGPC - Direção-Geral do Património Cultural, para todos os estudantes do ensino superior, extensível ainda aos residentes na União Europeia com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento, o PMP abriu as inscrições para pedidos de intervenção, dando a palavra a Marcos Teixeira da FAP. -----

O representante da FAP interveio no sentido de clarificar que apesar de a cultura ser um tema muito importante, o ENDA não é o fórum mais adequado para a discutir na sua opinião. Acrescentou que trazer moções a abordar a cultura para este ENDA em concreto se traduz num desvirtuar ou desrespeitar por completo a ordem de trabalhos. Terminou a sua intervenção propondo ao proponente a retirada da moção. -----

Terminada a intervenção, o PMP deu a palavra a Sofia Escária para manifestar o seu pedido de intervenção. -----

Sofia Escária referiu que na ótica da sua estrutura, o ENDA é um fórum onde se pode discutir tudo o que esteja relacionado com o ensino superior. Afirmou que pela mesma lógica da última intervenção, também poderá ser considerado um desvirtuar da ordem de trabalhos o facto de se trazerem constantemente os mesmos temas nas diversas moções ao longo dos ENDA. Não acreditando nesta posição, a proponente afirmou que o objetivo do ENDA é trazer melhorias para o Ensino Superior a nível nacional, podendo este fórum discutir tudo, e que estas mesmas se reflitam na sociedade em geral.

Não havendo pedidos de intervenções, foi dada a palavra à delegada da FAL, Sofia Escária, para que apresentasse a Terceira Moção - Ensino Superior, Ciência e Tecnologia na Legislatura 2019-2023. -----

Feita a análise àquelas que são as propostas do XXII Governo Constitucional na área do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, a FAL apresenta pela sua proposta, a carência do Programa de Governo em propostas de implementação de mudanças estruturais necessárias ao sistema de ensino superior e ao sistema científico. -----

Terminada a apresentação da moção, o PMP registou os pedidos de esclarecimento começando por dar a palavra a Marcos Teixeira da FAP. Este questionou a possibilidade de ser alterado o Ponto sete da moção criando uma nova redação e substituindo a ideia de fornecimento de materiais bibliográficos em inglês por é de facto que os materiais bibliográficos e de avaliação não apresentem barreiras linguísticas para os estudantes. -----

Foi ainda dada a palavra a Miguel Cosme da AEFCSH, que questionou a possibilidade de ainda no Ponto sete da moção ser também abordada a inclusão de um valor pecuniário diferenciado para a propina dos Estudantes Internacionais. -----

Terminadas as inscrições para pedidos de esclarecimento, Sofia Escária começou por afirmar que estava disponível para alterar a redação do Ponto sete da moção, correspondendo ao pedido do delegado da FAP. Quanto à questão de Miguel Cosme, a delegada da FAL afirmou que o valor de propina cobrado aos Estudantes Internacionais é uma decisão intrínseca das IES e unicamente dependente da sua

autonomia. No entanto a proponente também se disponibilizou a acrescentar este facto da não existência de regulamentação nesta matéria. -----

Feitas as alterações e não havendo mais pedidos de intervenção ou pedidos de esclarecimento é submetida a moção final com foco na revisão das leis gerais do ensino superior, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES); no modelo de acesso ao ensino superior; revisão da Lei de Bases de Financiamento do Ensino Superior, especialmente no que diz respeito à propina e às taxas e emolumentos praticadas pelas IES. Considerou-se a necessidade de aumento do limite de elegibilidade da bolsa de estudos para 18 vezes o valor do IAS - Indexante dos Apoios Sociais; expansão do Plano Nacional de Alojamento Estudantil; adaptação das infraestruturas das IES e na rede de transportes públicos para indivíduos e estudantes com Necessidades Educativas Especiais. No âmbito da internacionalização e mobilidade, o Programa de Governo para a legislatura 2019-2023 carece de medidas específicas relativas a outras vertentes no âmbito da internacionalização, nomeadamente a reflexão acerca do valor da propina cobrada aos estudantes internacionais. No que diz respeito ao sistema científico português, e no seguimento da recomendação já deixada pela OCDE em 2018, é de destacar negativamente a falta de prioridade na reforma da FCT, algo já reivindicado por vários agentes do sistema. -----

Sem mais intervenções ou pedidos de esclarecimento, o PMP, deu a palavra a Raquel Coelho delegada da AEFLUL, proponente da Quarta Moção- Por uma posição conjunta em ENDA para com o programa do Governo para o Ensino Superior, que a passou a apresentar. -----

A delegada apresentou a moção, mencionando a importância da discussão do novo Programa do XXII Governo Constitucional e as suas poucas propostas para o Ensino Superior (ES). Embora se encontrem algumas asserções positivas, como o acesso automático de bolsas para aqueles que usufruíram delas do ensino secundário, ou a promoção de acesso ao ES de alunos com mobilidade reduzida e necessidades educativas especiais, e conseqüentes melhorias infraestruturais, destacou a superficialidade das restantes propostas, que abordam muito vagamente problemáticas essenciais do ES e não propõem uma interpelação profunda e concreta dos problemas existentes. -----

O delegado destacou a necessidade de criação de vagas de mestrado com propinas acessíveis, generalizando a falta de acessibilidade no pagamento das propinas e a falta de existência de um valor máximo, nos segundos ciclos de estudos. Mencionou a falta de estratégia para a captação de um maior número de trabalhadores-estudantes e a execução de horários em modo pós-laboral. A moção defendia ainda a falta de preocupação do patronato com o cumprimento das regras laborais de direito destes trabalhadores, principalmente no caso de trabalhadores mais jovens, conduzindo ao abandono escolar ou congelamento de frequências no ES. -----

Terminada a apresentação da moção, o PMP registou os pedidos de esclarecimento começando por dar a palavra a Teresa Valido da FAL. Teresa Valido questionou qual o verdadeiro propósito da moção uma vez que a moção não estava explícita em nenhum ponto, sendo de difícil leitura para retirar conclusões.-----

Feitas várias tentativas do preponente para tentar responder à questão, o PMP também interveio para pedir que a moção fosse clarificada. Deste modo, o preponente afirmou e alterou a moção para que os destinatários desta fossem apenas as AAEE presentes no ENDA, sendo que o objetivo da moção se relacionava apenas com a necessidade de apelar aos dirigentes que o Programa do Governo da presente legislatura carecia de ser revisto em sede de ENDA. -----

Terminada a discussão da moção, o PMP deu a palavra a Tiago Diniz, delegada da FNAEESP, proponente da Quinta Moção - Nova Via de Acesso ao Ensino Superior para Estudantes no Ensino Profissional, para que a apresentasse. -----

Tiago Diniz, representante da FNAEESP tomou a palavra e deu início à apresentação da moção. -----

Começou por declarar que o Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES) discutiu a introdução de uma nova via de acesso para estudantes do Ensino Profissional e estipulou que, para os estudantes que se encontram neste regime e pretendam prosseguir com os seus estudos, será testada uma modalidade de concursos locais através da qual cada candidato concorre diretamente à instituição na qual pretende estudar. -----

Esclareceu que os concursos locais permitem a possibilidade de cada instituição — subsistema politécnico ou universitário — definir critérios e provas de acesso

específicas para estes estudantes. Para além disso, estes concursos são registados na Direção Geral do Ensino Superior (DGES) e, posteriormente, serão definidas as vagas alocadas em cada instituição, sendo que esta autonomia para fixar até 10% do total de vagas para este concurso especial de acesso ao Ensino Superior. -----

Explicitou que este este novo modelo tem como bases a necessidade de trazer mais jovens, de diversificar os públicos para o ensino superior e de alargar cada vez mais esta base social de acesso ao ensino superior. Deu exemplos de procedimentos semelhantes que já estão implementados o o acesso ao Ensino Superior por concursos internos para portadores de grau CTeSP ou maiores de 23, procedimentos esses que já ocorrem localmente. -----

Definiu ser importante garantir os princípios de igualdade no acesso, deve ser devidamente esclarecido à sociedade que este modelo é para ser implementado localmente, mas sempre com mecanismos de avaliação adequados. Para além de não dever por em causa o funcionamento dos CTeSP, sendo que qualquer proposta que se venha a efetivar deverá ser aplicada de igual forma para as IES dos subsistemas politecnico e universitário. -----

Terminada a apresentação da moção, o PMP abriu o período de pedidos de esclarecimento dando a palavra inicialmente a Teresa Valido da FAL. Esta questionou o proponente se este achava que estes estudantes tinham capacidade, depois de entrarem no Ensino Superior, para terem bom sucesso escolar. -----

Tiago Diniz responde afirmando que a preparação para ingressar no ensino superior é relativa pois um estudante pode querer mudar de área de estudos e não lhe deve ser vedada essa oportunidade. Salientou que a importância deste sistema de ingresso é o facto de ser algo homogéneo que abranja todos os candidatos e os dois subsistemas. -

Não ficando esclarecida Teresa Valido reformula a sua questão afirmando que a presente moção se traduz num texto de opinião sobre uma medida que ainda não está aplicada nem estruturada. Deste modo, questiona se será um concurso local, facultativo para cada instituição se quiser ou não quiser aderir, a melhor forma de numa primeira circunstância colocar estes estudantes com um regime de acesso diferente, não será mais fácil porque não tem que fazer o exame de matemática A, porque nunca a tiveram e que traz, discrepâncias e injustiças relativamente aos estudantes que provém do ensino regular, do ensino científico-humanístico. -----

Tiago Diniz responde afirmando que relativamente ao papel facultativo, na altura foi uma questão de perceber como é que a proposta se enquadrava e no anterior não foi efetivado pois não fizeram regulamentação a tempo, na sua perspetiva. Reiterou que não afirmou que a nova via de acesso não seria mais fácil pelo facto de os estudantes não fazerem certos tipos de exames específicos. Argumentou que um estudante que venha do ensino profissional pode não estar tão à vontade em disciplinas ou áreas mais relacionadas com as ciências de base, mas estão muito capacitados para a componente técnica em que se especializaram. Nestes casos, por vezes até têm melhor sucesso escolar, que um aluno que venha do ensino regular.-----

Feita outra questão por parte de Catarina Meireles, AFPCEUP, declarou o entendimento da perspetiva de fazer um concurso local, mas não compreendeu como é que logisticamente é viável, um estudante por exemplo inscreve-se em sete instituições de ensino, tendo depois de ir a sete cidades diferentes fazer um exame diferente. Não percebeu se seria assim que funcionaria. -----

Tiago Diniz afirmou que essa foi a preocupação inicial da FNAEESP, e uma das soluções apontadas por esta estrutura foi a composição de consórcios entre IES da mesma região, para diminuir o número de exames a serem realizados e diminuir o número de deslocações, e diminuir o número e finalmente diminuir a disparidade.----

Esclarecida a questão, o PMP passou a palavra a Ricardo Rebordão, da AAL que questionou o facto de não fazer mais sentido haver uma salvaguarda para aquilo que é o concurso via ensino secundário, para que não houvesse depreciação daquilo que são as vagas já existentes para o concurso nacional, em detrimento deste novo concurso.-

Tiago Diniz da FNAEESP afirmou em resposta que deve sim ser dada essa salvaguarda às IES que optem por este regime. Deverá ser-lhes dada a garantia que, caso não preencham as vagas neste concurso, que estas vagas possam transitar para outros concursos para não se perderem como o caso dos concursos nacional de acesso ou o concurso de ingresso de estudantes maiores de 23.-----

Terminado o esclarecimento, o PMP passou a palavra a Teresa Valido da FAL, que mencionou o facto de muitas coisas que foram apresentadas pelo preponente e que foram ditas durante o esclarecimento não constavam no texto da moção. Questionou o preponente à cerca a contextualização do Ponto 4 da moção; de que forma é que este

concurso de acesso ao Ensino Superior poderia influenciar os CTeSP. Pois não é claro na moção na sua opinião. -----

Tiago Diniz da FNAEESP respondeu afirmando que o ponto da moção era claro, e o que está disposto na moção está no sentido de ser bem explícito: um estudante quando entra numa IES, tendo proveniência do ensino profissional não tem obrigação de ingressar para o regime aplicado, pode ingressar num curso mais teórico e o oposto também é válido. -----

Esclarecida foi dada novamente a palavra a Teresa Valido da FAL, para colocar outra questão. Informou mais uma vez que no seu entender a moção tem uma base ideológica muito forte e salientou facto de considerar ter pouca informação no corpo da moção comparativamente com o exposto na apresentação. Assim, questionou o preponente se estaria disposto a acrescentar à moção o que foi dito durante a apresentação e as diversas notas e esclarecimento por forma a ficar o mais claro possível. -----

Tiago Diniz informou que estes concursos têm que ser obrigatoriamente regulamentados, discriminando logo o número de vagas e como vai funcionar o acesso. Deve ainda estar previsto que as IES se articulem com as AAEE para que haja um uma opinião forte dos estudantes. Respondendo à questão, mostrou-se disponível para acrescentar as sugestões propostas. -----

Noutra questão, Ruben Vasques da AEFAUP, perguntou se o facto de as IES começarem a fazer um exame a nível local, não iria influenciar os estudantes a escolherem IES com base no nível de exigência dos testes de entrada. Questionou ainda a possibilidade de existência de um modelo standard de a nível nacional para estes testes. -----

Tiago Diniz não concordou com o facto de poder existir uma correlação entre o nível de exigência dos testes realizados localmente pois o objetivo é existir uma regulação pela tutela. Afirmou ainda que não é previsível que as instituições queiram facilitar a sua via de acesso, isto levaria a uma descida de nível do ensino praticado. Para além disso os próprios estudantes exigem um certo nível de ensino à instituição e facilitar em certa medida a entrada iria influenciar a descida de grau de exigindo do ensino. --

Terminado o período de questões registou-se um pedido de intervenção por parte de Teresa Valido da FAL. A delegada afirmou que relativamente a este assunto a FAL acredita que este concurso corre o risco de gerar muitas discrepâncias e muitas situações injustas. Por isto afirma que o movimento associativo nacional não deve ser de uma opinião tão vincada e tão positiva sobre uma coisa que ainda não foi publicada e disposta em termos legais.-----

Encerrada a discussão foi dada a palavra ao delegado da AAL Ricardo Rebordão, para que apresentasse a Sexta Moção - Análise ao Relatório Estado da Educação 2018 (Edição 2019).-----

Dia 25 de novembro foi publicado pelo Conselho Nacional de Educação - o relatório Estado da Educação 2018 (Edição 2019), que numa primeira parte apresenta “a evolução da situação do País, tendo como referências as metas da Estratégia para a Formação 2020 e os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU”, num processo que auscultou diversas Universidades e Politécnicos. -----

Das principais conclusões do relatório apresentado publicamente no passado mês, damos relevo:-----

----- A falta de visão e estratégia governamental para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;-----

----- Urge reforçar o investimento em todo o sistema de Ensino Superior, Inovação e Desenvolvimento, no sentido de o mesmo atingir os 3% do PIB – Produto Interno Bruto

ao invés dos 1,27% investidos em 2016, devendo este investimento realizar-se até 2030. Para atingir este valor, será necessário investir no sistema cerca de 1200 milhões de euros até ao fim da próxima década. -----

Neste sentido o preponente da moção apresentou como reivindicações: -----

----- Aproximação numa primeira fase do investimento, praticado no passado (2009), prevendo assim uma tentativa de aproximação à média europeia 2,1% do PIB estabelecendo 2021 como meta. -----

----- Tendência gradual para um crescimento do investimento de 2,7% do PIB até 2025 tendo como objetivo a consecução dos 3% em 2030, em concordância com as sugestões descritas na Agenda 2030 da ONU. -----

Questionado o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Sofia Escária da FAL. -----

Sofia Escária afirma que o documento em causa se apresenta demasiado vago e questiona alguns dos pontos relativamente à definição de valores e fundamentação dos mesmos. -----

Ricardo Rebordão perante as questões da interveniente da FAL respondeu às mesmas, de forma a clarificar. -----

Questionado novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Teresa Valido da FAL. -----

Teresa Valido refere duas questões, sendo a primeira relativamente ao conteúdo sobre a estratégia da visão e estratégia governamental do relatório em questão, onde esta pediu esclarecimento sobre as mesmas diversas vezes. -----

À qual o proponente da AAL afirma que o relatório foi a análise por parte dos próprios.

Questionado novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada mais uma vez a palavra a Teresa Valido da FAL. -----

Teresa Valido sugere melhorar a clareza do conteúdo escrito, devido ao contraste de alguns pontos. -----

Ricardo Rebordão justifica o porquê relativamente aos mesmos pontos. -----

Questionado novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Marcos Teixeira da FAP. -----

Marcos Teixeira, reforçando as anteriores intervenções, elucida para o facto do relatório apresentar-se bastante vago, exceto uma certa meta. -----

Após este momento de esclarecimento, o PMP questionou o plenário sobre a existência de questões ou pedidos de intervenção por parte dos delegados, mais uma vez, relativamente à proposta apresentada. -----

Não existindo mais nenhuma manifestação dos delegados sobre este assunto, deu-se o seguimento para a próxima moção. ----- .

Terminada a discussão da moção, o PMP deu a palavra a Marcos Alves Teixeira, delegado da FAP, para apresentar a Sétima Moção - Revisão do RJIES, dos preponentes FNAEESP e FAP. -----

Os preponentes afirmaram que são reconhecidas das repercussões profundas impostas pela aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, sem que nunca tenha sido sujeito a um processo de revisão, conforme previsto no seu art.º 185 e que deveria ocorrer após cinco anos da sua entrada em vigor. Neste contexto é salientada a necessidade de existência deste mesmo documento para a boa gestão das IES. No entanto, a falta de revisão é apontada como uma grande preocupação, e causa para a redução da democraticidade na gestão quotidiana interna das IES-----

Por isto são foram apresentadas as alterações propostas pelos proponentes, salientando que deve existir: uma revisão das instituições que podem conferir grau de doutor; a criação de um conselho eleitoral só para a eleição do Presidente ou Reitor da IES; revisão da eleição e composição do Conselho Geral, respeitando regras de incompatibilidades de funções antes e depois da sua eleição; o mesmo deve proceder nos Conselhos ou Assembleias de Representantes de Unidade Orgânica de Ensino, salvaguardando sempre uma forte presença dos estudantes; uniformização das funções e poderes do Provedor do Estudante, sendo nomeado em Conselho Geral sob proposta das AAEE da IES; a possibilidade de criar Órgãos Consultivos e Consórcios entre IES; a promoção das escolas não inteiradas; exploração e clarificação do regime fundacional e do seu funcionamento; garantias da obrigação de cedência de instalações às AAEE gratuitamente e assegurar o direito de dirigente associativo; obrigação de apresentar os valores de insucesso e sucesso escolar nos relatórios anuais das IES. ---

Por isto foram apresentadas as alterações propostas, salientando que deve existir: uma revisão das instituições que podem conferir grau de doutor; a criação de um conselho eleitoral só para a eleição do Presidente ou Reitor da IES; revisão da eleição e composição do Conselho Geral, respeitando regras de incompatibilidades de funções antes e depois da sua eleição; o mesmo deve proceder nos Conselhos ou Assembleias de Representantes de Unidade Orgânica de Ensino, salvaguardando sempre uma forte

presença dos estudantes; uniformização das funções e poderes do Provedor do Estudante, sendo nomeado em Conselho Geral sob proposta das AAEE da IES; a possibilidade de criar Órgãos Consultivos e Consórcios entre IES; a promoção das escolas não inteiradas; exploração e clarificação do regime fundacional e do seu funcionamento; garantias da obrigação de cedência de instalações às AAEE gratuitamente e assegurar o direito de dirigente associativo; obrigação de apresentar os valores de insucesso e sucesso escolar nos relatórios anuais das IES. -----

Questionado o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Ricardo Rebordão da AAL. -----

Ricardo Rebordão colocou uma questão relativamente ao ponto 15, abordando a promoção da integração das escolas não integradas, querendo saber se houve contato com alguma dessas instituições para saber as suas opiniões.-----

O proponente responde perante a questão colocada. -----

Questionado mais uma vez o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Miguel Cosme da AEFCSHUNL. -----

Miguel Cosme pede esclarecimentos sobre o ponto 11, relativamente à sua definição.

Marcos Teixeira responde referindo a razoabilidade perante a proposta, devido a esta se interligar à autonomia das instituições do Ensino Superior. -----

Questionado o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada novamente a palavra a Ricardo Rebordão da AAL.-----

Ricardo Rebordão refere mais uma vez o ponto 15 questionando se o que o proponente quer é a homogeneidade do Ensino Superior e se sim, por que não envolver outras instituições. -----

O proponente responde explicando que as instituições referidas diferem bastante, tendo em conta o seu sistema, porém defendem a integração de instituições que se inserem no sistema de Ensino Superior Português, incluindo instituições de um único sistema de ensino.-----

O PMP questiona se Ricardo Rebordão está esclarecido. Não havendo necessidade de mais nenhum esclarecimento por parte do mesmo, aborda-se de novo Miguel Cosme da AEFCSHUNL.-----

À qual Miguel Cosme refere o ponto 16, Regime Funcional e dos valores atrás do mesmo, onde questionou quanto à clareza e desenvolvimento do seu conteúdo. -----

O proponente justifica o ponto 16 referindo que ao rever o Regime Fundacional é perante a sua aplicação e não se tratando de o reverter ou não. -----

Miguel Cosme cita parte do ponto, afirmando que este poderia trazer um debate ideológico. -----

À qual Marcos Teixeira sugere uma alteração no ponto, retirando uma palavra, sublinhando que este assunto apenas se debate se as instituições do Ensino Superior aderissem. -----

Questionado novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Ricardo Rebordão da AAL. -----

Ricardo Rebordão questiona o que sucede às instituições quando submetidas ao Ministério do Ensino Superior e a intervenção que outros ministérios, já referidos, podiam vir a ter. -----

O proponente, Marcos Teixeira, justifica a sua posição perante a questão, esclarecendo que esta integração pode ter algum valor. -----

O PMP questiona novamente o Plenário sobre a existência de esclarecimentos foi dada a palavra a Tiago Diniz da FNAEESP. -----

Tiago Diniz introduz-se enquanto proponente também, querendo acrescentar alguns pontos. Este sublinha a importância em integrar e em reorganizar o sistema. Além disso, salienta o facto de se estar cada vez mais perto de obter a revisão da proposta. -

Após este momento de esclarecimento, o PMP questionou o plenário sobre a existência de questões ou pedidos de intervenção por parte dos delegados, mais uma vez, relativamente à proposta apresentada. -----

Terminada a discussão da moção, o PMP deu a palavra a [nome], delegada da FNAEESP, para apresentar a Oitava Moção - Alteração ao RABEEES , preponentes FNAEESP e FAP. -----

O delegado afirmou que o Regulamento de Atribuição de Bolsas a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES), de 21 de junho de 2017, é um dos documentos

estruturais na regulação da Ação Social Direta. Nesta medida, é urgente que este documento seja cada vez mais abrangente, garantindo que cada vez mais estudantes com carências económicas são abrangidos e acautelando uma bolsa média a nível nacional que seja condigna e, efetivamente, seja o valor mais próximo possível da real necessidade dos Estudantes, salvaguardando o acesso e a frequência destes mesmos Estudantes no Ensino Superior.-----

Por último, de forma a fixar uma única proposta estudantil para este fim, se aprovado este documento, os preponentes pretendem que se considerem nulas as antigas propostas de revisão ao RABEEES, ficando no seio desta proposta quais as prioridades das Associações Académicas e de Estudantes.-----

Foram propostas as alterações aos Artigos 5.º, 19.º, 34.º, 35.º, 48.º, 49º, e eliminação do Artigo 38.º.-----

Passando-se aos pedidos de esclarecimentos, Teresa Valido da Federação Académica de Lisboa, questiona sobre a alteração ao artigo 5º, no que diz respeito ao património mobiliário havia ficado sem perceber se se pretende aumentar o valor, tendo em conta que estamos a falar de depósitos e de ações e de dinheiro mais ou menos disponível, não é, aumentar assim, assim tanto o limite, ou se foi um lapso na redação. -----

Respondendo, Tiago, afirma que acredita que seja um erro de redação porque quando contabilizamos, e principalmente os 240 foi algo que falámos no ENDA anterior. É isso, essa é a justifica. -----

Teresa concorda, porque o valor 240 é o que está atualmente no RABEEES e a única alteração que fizeram foi acrescentar o per capita, com o objetivo de dividir aqueles 240 pelo número de pessoas do agregado. -----

Tiago Diniz confirma.-----

O Presidente de Mesa inquire se há mais pedidos de esclarecimento. -----

Teresa Valido, FAL, questiona sobre o complemento de alojamento, inquirindo se, com a presente proposta, se propõe a criação de um indicador realista sobre o arrendamento estudantil que possa ser utilizado num sistema de escalões para o cálculo do complemento de alojamento, ou se é a utilização do indicador do valor mediano das rendas de habitação familiar para fazer esse cálculo.-----

Respondendo, Tiago Diniz afirma que está associado ao referido indicador mas que, caso a FAL tivesse alguma proposta a poderia enviar, sendo analisada. -----

Teresa Valido solicita um pedido de esclarecimentos, relativo ao último parágrafo da moção em causa, sobre a previsão da anulação das moções de ENDAs anteriores, no mesmo âmbito, considerando arriscado a anular todas as propostas no âmbito do RABEES. -----

Tiago Diniz responde, considerando que sem a existência até então de um arquivo datado do ENDA, esta é a maneira correta de fazer uma reivindicação atualizada das necessidades do estudantes do ensino superior. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, procedeu-se a uma pausa no plenário.

Depois da pausa no plenário todas as alterações foram efetuadas às moções, conforme a discussão tida anteriormente. -----

Terminado o período de apresentação e discussão de todas as moções previstas para este plenário, incluindo as possíveis moções aprovadas em votação anterior; o Presidente de Mesa doo plenário conduziu os trabalhos, dando início ao período de votação de todas as moções apresentadas e discutidas neste plenário.-----

O PMP iniciou o processo de votação, registando-se a presença de sessenta e seis (66) Membros do ENDA, com direito a voto.-----

Submetida a votação, a Primeira Moção - Violência Sexual no Ensino Superior, preponente FAL, foi aprovada com quarenta e sete (47) votos a favor, nove (9) votos contra, dez (10) abstenções e zero (0) direito de não voto. -----

Submetida a votação, a Segunda Moção - Mais Cultura para os Estudantes do Ensino Superior, preponente FAL, não foi aprovada com vinte seis (26) votos a favor, trinta (30) votos contra, dez (10) abstenções e zero (0) direito de não voto. -----

Submetida a votação da, Terceira Moção - Ensino Superior, Ciência e Tecnologia na Legislatura 2019-2023, preponente FAL, em alternativa à Quarta Moção - Por uma posição conjunta em ENDA para com o programa do Governo para o Ensino Superior, preponente AEFLUL, foi aprovada a Moção da FAL, com quarenta e cinco (45) votos a favor, existindo sete (7) votos a favor da Moção da AEFLUL e quatorze (14) direitos de não voto. Depois da votação em alternativa, votou-se a Terceira Moção - Ensino

Superior, Ciência e Tecnologia na Legislatura 2019-2023, preponente FAL, aprovada com trinta e dois (32) votos a favor, trinta e um (31) votos contra, três (3) abstenções e zero (0) direito de não voto. -----

Submetida a votação, a Quinta Moção - Nova Via de Acesso ao Ensino Superior para Estudantes no Ensino Profissional, preponente FNAEESP, não foi aprovada com vinte sete (27) votos a favor, trinta e três (33) votos contra, seis (6) abstenções e zero (0) direito de não voto. -----

Submetida a votação, a Sexta Moção - Análise ao Relatório Estado da Educação 2018 (Edição 2019), preponente AAL, não foi aprovada com cinco (5) votos a favor, cinquenta e seis (56) votos contra, cinco (5) abstenções e zero (0) direito de não voto.

Submetida a votação, a Sétima Moção - Revisão do RJIES, preponentes FNAEESP e FAP, foi aprovada com quarenta e nove (49) votos a favor, cinco (5) votos contra, oito (8) abstenções e quatro (4) direito de não voto. -----

Tendo sido proposta a votação por pontos a Oitava Moção - Alteração ao RABEEES, preponentes FNAEESP e FAP, verificaram-se: a aprovação do Preâmbulo com sessenta e um (61) votos a favor, um (1) votos contra, quatro (4) abstenções e zero (0) direito de não voto; a aprovação do Ponto 1 com cinquenta e oito (58) votos a favor, dois (2) votos contra, seis (6) abstenções e zero (0) direito de não voto; a aprovação do Ponto 2 com cinquenta e seis (56) votos a favor, cinco (5) votos contra, cinco (5) abstenções e zero (0) direito de não voto; a aprovação do Ponto 3 com sessenta e dois (62) votos a favor, dois (2) votos contra, duas (2) abstenções e zero (0) direito de não voto; a aprovação do Ponto 4 com sessenta e um (61) votos a favor, dois (2) votos contra, duas (2) abstenções e um (1) direito de não voto; a aprovação do Ponto 5 com sessenta (60) votos a favor, três (3) votos contra, duas (2) abstenções e um (1) direito de não voto; a aprovação do Ponto 6 com cinquenta e um (51) votos a favor, oito (8) votos contra, cinco (5) abstenções e dois (2) direito de não voto; a aprovação do Ponto 7 com cinquenta e nove (59) votos a favor, dois (2) votos contra, quatro (4) abstenções e um (1) direito de não voto; a aprovação do Ponto 8 com quarenta e dois (42) votos a favor, dezanove (19) votos contra, quatro (4) abstenções e um (1) direito de não voto.

No final da votação por pontos, foi votada a Oitava Moção - Alteração ao RABEEES, preponentes FNAEESP e FAP, na globalidade com o preâmbulo e os pontos aprovados anteriormente. Assim a Oitava Moção foi aprovada na globalidade com

cinquenta e dois (52) votos a favor, sete (7) votos contra, seis (6) abstenções e um (1) direito de não voto.

Encerrando o período de votações e não havendo questões, nem pedidos de intervenção finais o PMP encerrou o Plenário F – Medidas Conjuntas. -----

PLENÁRIO G: PLENÁRIO FINAL-----

O Plenário Final, foi iniciado pela organização, tendo como presidente da mesa Igor Monteiro e os respetivos secretários, Catarina Ferreira, Hugo Fonseca, Pedro Fadiga e Sandra Ferreira, pertencentes às AAEE do Instituto Politécnico de Coimbra, organizadoras do presente ENDA. -----

O Presidente de Mesa informou o plenário de que estavam disponibilizados no site do ENDA os documentos referentes à Proposta Única de Organização do ENDA Ordinário Seguinte e à proposta de Nota de Imprensa do ENDA decorrente. -----

Não havendo pedidos de intervenções iniciais, foi solicitado ao proponente da proposta única de organização do ENDA Ordinário seguinte, que apresentasse essa mesma proposta. -----

O representante da AAUBI descreveu a sua proposta, salientando a proposta de realização para os dias 21 e 21 de março de 2020, Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade da Beira Interior, com capacidade para quatrocentos e setenta e sete lugares e com condições adequadas à realização de um ENDA.-----

O proponente destacou ainda as várias soluções de alimentação e de alojamento, fornecidas quer pelos SASUBI, quer pela restauração e setor hoteleiro da Covilhã. ---

Concluída a apresentação, o Presidente de Mesa questionou o plenário sobre a existência de questões ou pedidos de intervenção por parte dos delegados, relativamente à proposta apresentada. -----

Não existindo manifestação dos delegados sobre este assunto, foi iniciada a discussão relativa à proposta de Nota de Imprensa do ENDA decorrente. -----

O Presidente de Mesa questionou o plenário sobre a existência de questões, pedidos de intervenção, ou propostas de alteração, relativamente à proposta apresentada. -----

Foram registadas duas propostas de alteração provenientes respetivamente da FAP e da FAL. Não havendo mais manifestações provenientes do plenário, o Presidente de Mesa informou que as alterações seriam incluídas na sua íntegra. -----

Iniciado o período de votações, registaram-se a presença de cinquenta e quatro (54) Membros do ENDA, com direito a voto.-----

Submetida a primeira votação, relativa à Proposta Única de Organização do ENDA Ordinário Seguinte, esta foi aprovada com cinquenta e um (51) votos a favor, três (3) votos contra, zero (0) abstenções e zero (0) direitos de não voto. -----

Submetida a segunda votação, relativa à Proposta de Nota de Imprensa do ENDA decorrente, esta foi aprovada com quarenta e seis (46) votos a favor, três (3) votos contra, cinco (5) abstenções e zero (0) direitos de não voto. -----

O Presidente de Mesa do plenário deu por encerrado o período de votações, congratulando a AAUBI pela aprovação da Proposta de Organização do ENDA Ordinário seguinte. -----

Questionado o plenário acerca de intervenções e disposições finais, registaram-se pedidos da parte dos representantes da FNAEESP e da FAL respetivamente, Tiago Diniz e Sofia Escária. -----

Tiago Diniz da FNAEESP congratulou a organização pela organização do ENDA decorrente, salientando a importância de este ter sido realizado mais uma vez no seio do Subsistema Politécnico. Congratulou ainda a Organização do ENDA Ordinário seguinte, salientando a importância de finalmente existir um ENDA organizado pelo Subsistema Universitário. -----

Terminada a intervenção, foi dada de seguida a palavra à delegada da FAL, Sofia Escária. -----

Sofia Escária mencionou o facto de que o desenvolvimento dos trabalhos do ENDA, mereciam alguma apreensão, salientando que a FAL não se revia em algumas das moções legitimadas pelos plenários do ENDA. Afirmou ainda, que de sua opinião foram aprovadas moções com pontos contraditórios e por sua vez, chumbadas moções ou pontos de moções demonstrando uma falsa sensação de que o movimento associativo é contra a diversidade cultural e o acesso gratuito à mesma.-----

